

# Brasil precisa zerar o desmatamento para cumprir compromissos sobre emissão de CO2

**Gigante seco. O Rio Negro, um dos símbolos da Amazônia, tem sofrido com estiagens ano após ano – Foto: MICHAEL DANTAS/AFP/1-10-2024**

Especialista diz que crime ambiental está na origem de graves problemas nacionais, como a crise hídrica e climática, citando calor generalizado e seca no país

Zerar o desmatamento até 2030, conforme se comprometeu o Brasil, pode não apenas tirar o país da lista dos maiores emissores do mundo, mas transformá-lo em removedor global de CO2, afirma o climatologista Carlos Nobre, do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo e co-presidente do Painel Científico para a Amazônia. Autoridades e especialistas dizem que a meta é viável e abre caminho para novos negócios em créditos de carbono e bioeconomia.

– É inadmissível que ainda exista desmatamento ilegal, e mesmo o legal pode ser evitado com políticas públicas, incentivos. Podemos transformar um grande problema numa enorme oportunidade. Mas, se não fizermos isso, sofreremos ainda mais com a crise do clima, pois a Amazônia está muito perto do ponto de não retorno. O Cerrado também já atravessa graves transformações com mais seca e calor – destaca Nobre.

Reiterado pelo presidente Lula, o compromisso de zerar o desmatamento ilegal em todos os biomas até 2030 é parte da Meta 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável assumidos pelo Brasil. Mas os especialistas enfatizam a necessidade e a

viabilidade de zerar todo tipo de desmatamento, seja legal ou ilegal.

– É possível e preciso acabar com o desmatamento, e ponto final. Ele está na origem de graves problemas nacionais, como a crise hídrica e climática. O fim da garoa em São Paulo, o calor generalizado, a seca, tudo tem relação com o desmatamento – frisa Tasso Azevedo, coordenador do consórcio de análise do uso do solo MapBiomas e idealizador do Fundo Amazônia e do Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SEEG) do Observatório do Clima.

### **Compromisso**

O desmatamento zero é também uma forma de cumprir a atual contribuição nacionalmente determinada (NDC, na sigla em inglês) brasileira, que traz o compromisso de alcançar a emissão zero de gases-estufa em 2050. Uma nova NDC, ainda mais ambiciosa, deve ser apresentada pelo governo brasileiro antes da COP29, em Baku, no mês que vem.

– Estamos no caminho de zerar o desmatamento. Na Amazônia, no ano passado, tivemos uma redução de 50%, e nos primeiros oito meses de 2024 de 45% sobre a diminuição de 2023. Também tivemos redução na Mata Atlântica. No Cerrado, houve queda este ano pelo quinto mês seguido – afirma a ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva.

A ministra reconhece que as queimadas deste ano têm impacto nas emissões de CO<sub>2</sub>, mas diz que não impedirão o país de cumprir seus compromissos. Porém, a escalada preocupa especialistas.

Dados do Global Forest Watch (GFW) mostram que os grandes incêndios florestais fizeram o Canadá saltar em 2023 para o primeiro lugar entre os países do G20 com maior perda de cobertura vegetal.

Os países do bloco foram responsáveis por 68% (19,3 milhões de

hectares) da perda de cobertura arbórea no mundo em 2023. Canadá, Rússia, Brasil, Indonésia e EUA ficaram no topo do ranking, sendo que nos dois primeiros, os incêndios foram a principal causa.

A ministra Marina Silva salienta que cortar o desmatamento dará uma espécie de “colchão temporal” para os demais setores.

– Zerar o desmatamento é a forma mais fácil de reduzir as emissões, mais do que mudar a base produtiva de indústria, transporte e energia. Como a maior parte de nossas emissões vem do desmatamento, da transformação do uso da terra, o Brasil pode alcançar uma redução significativa e dar mais tempo para que os outros setores se adaptem. Mas, quando chegarmos ao desmatamento zero, todo mundo terá que fazer seu dever de casa.

### **Ponto de não retorno**

De acordo com os dados do SEEG, zerar o desmatamento levaria a uma diminuição de 43% das emissões líquidas previstas no país em 2030. O Brasil é o único entre os grandes emissores (está em sétimo no ranking do Climate Watch) que tem o desmatamento entre as principais fontes de emissão. Segundo o SEEG, cerca da metade das emissões do país provém de desmate.

– Zerar o desmatamento é totalmente possível e extremamente necessário. E o Brasil sabe como fazer– reitera Paulo Moutinho, pesquisador do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam) e especialista na investigação de causas e consequências do desmatamento.

Moutinho ressalva que é preciso considerar não apenas o ilegal, mas também o legal. Ele diz que na Amazônia há 11 milhões de hectares de excedentes de reserva legal, que poderiam ser derrubados. No entanto, se isso ocorrer, a Amazônia poderá chegar a um ponto de não retorno, num processo de savanização.

– Não é necessário mudar a lei para evitar que isso ocorra. O proprietário de terra pode ser compensado por não desmatar. Temos uma experiência bem-sucedida que protege 30 mil hectares de excedentes legais com fundos públicos da Noruega e da Holanda. Compensar é muito mais barato do que recuperar – ressalta o cientista.

Moutinho e Tasso Azevedo sublinham que os danos do desmatamento vão muito além das emissões. Há, por exemplo, perda hídrica. Segundo Moutinho, 40% dos 1.090 municípios do Cerrado tiveram redução da superfície de água entre 1983 e 2023. Em 10% desses municípios, a diminuição chegou a 70%. Na Amazônia, a perda chega a 25%.

– O desmatamento zero tem a ver com as nossas necessidades. Não estou dizendo que é uma meta fácil. Mas é viável. O ilegal sabemos muito bem como combater. Já o legal é um direito legítimo e não pode ser tratado da mesma forma – diz Azevedo.

Ele cita quatro instrumentos que podem ser usados para evitar o desmatamento legal. O primeiro é a regulação, vincular a autorização de desmate à restauração ou à manutenção de outra área. Outro é a criação de mais unidades de conservação, transferindo para o poder público os custos de manutenção. Um terceiro instrumento é retirar qualquer tipo de subsídio ou incentivo para áreas desmatadas. Por fim, um quarto mecanismo para manter a floresta de pé é a criação de compensações como o programa Bolsa Verde, que hoje beneficia 40 mil famílias.

Ex-presidente do Ibama e coordenadora de Políticas Públicas do Observatório do Clima, Suely Araújo vê ainda outro desafio.

– A maior parte do desmatamento na Amazônia é ilegal, uma questão de monitoramento e fiscalização. Mas, no Cerrado e em outros biomas, ele ocorre muitas vezes com licenças concedidas pelos estados. Há estados que dão essas licenças burocraticamente, sem avaliar se a área tem aquíferos. É necessária uma articulação maior entre os governos federal e

estaduais – diz ela.

Mariana Oliveira, gerente do Programa de Florestas, Uso da Terra e Agricultura do WRI Brasil, diz que o país tem políticas sofisticadas de controle de desmatamento, que funcionam muito bem na Amazônia. Para ela, assim como para a maioria dos especialistas, há um grande desafio que é deter a derrubada do Cerrado e dos remanescentes da Mata Atlântica e demais biomas.

Fonte: Ana Lucia Azevedo e Publicado Por:  
<https://www.adeciopiran.com.br> em 14/10/2024/13:59:38  
Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação blog  
<https://www.adeciopiran.com.br> (93) 98117 7649/ e-mail:  
mailto:[adeciopiran.blog@gmail.com](mailto:adeciopiran.blog@gmail.com)  
<https://www.adeciopiran.com.br>, fone (WhatsApp) para contato  
(93)98117- 7649 e-mail: mailto:[adeciopiran.blog@gmail.com](mailto:adeciopiran.blog@gmail.com)